

TRE começa a julgar cassação da cúpula do Rio

Acusação contra o governador Cláudio Castro, o vice Thiago Pampolha e o presidente da Alerj, Rodrigo Bacellar envolve a 'folha de pagamento secreta' do Ceperj e da Uerj em 2022; MP fala em 'proveito eleitoral com situações escandalosas'

CAIO SARTORI
caso@terra.com.br

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio (TRE-RJ) inicia hoje o julgamento que pode culminar na cassação do governador Cláudio Castro (PL), do vice Thiago Pampolha (MDB) e do presidente da Assembleia Legislativa, Rodrigo Bacellar (União). A acusação do Ministério Público Eleitoral (MPE) envolve o suposto uso de cargos "secrets" do governo para fins eleitorais em 2022, e a avaliação de pessoas envolvidas no processo é que o cenário é imprevisível na Corte, com um possível placar apertado.

Por afetar toda a cúpula política do estado, a eventual condenação dos três — que ainda precisaria ser aprovada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) — levaria o Rio a ser governado de forma interna pelo presidente do Tribunal de Justiça até a convocação de novas eleições. Outros seis políticos com cargos eletivos não alvos de pedidos de perda dos direitos políticos e inelegibilidade.

Um caso à parte é o de Pampolha. Apesar de também ter sua cassação pedida pelo MPE, a acusação afirma que, como ele entrou em cima da hora no posto de vice de Cláudio Castro, "todos os fatos abusivos desvendados nesta demanda já estavam em curso (...) não sendo razoável presumir a sua participação, contribuição e/ou anuência com as condutas ilícitas que alicerçam a sua condenação e a consequente sanção de inelegibilidade". Na prática, portanto, o órgão demanda a perda do cargo de embaixador, mas não dos direitos políticos.

Com base nisso, e em meio a um contexto de ruptura política com Castro, a defesa de Pampolha defendeu dois cenários nas alegações finais ao TRE. O primeiro pede a absolvição total da chapa. Mas, no caso de cassação, que o vice não seja atingido.

O CENTRO DA ACUSAÇÃO

No centro da acusação está a "folha de pagamento secreta" com 27 mil cargos na Fundação Ceperj e 18 mil na Uerj, revela o portal Uol. O verdadeiro objetivo das nomeações seria usar a máquina do estado para benefícios eleitorais. No total, segundo o MPE, os saques de dinheiro em espécie desses funcionários passaram de R\$ 220 milhões, e testemunhas corroboram a versão de que atuaram em prol de candidaturas. Além dos três da cúpula do Rio, há outros políticos com cargos eletivos abrangidos pe-



Sustentação. Defesa de Castro diz, nas alegações finais, que "restou demonstrada a absoluta falta de conexão eleitoral em relação aos fatos ventilados"

ENTENDA O CASO

O QUE ESTÁ EM JULGAMENTO

O Ministério Público Eleitoral pede a cassação da cúpula da política do Rio por abuso de poder político e econômico. Os órgãos usados para suposto uso eleitoral foram a Fundação Ceperj e a Uerj.

OS PRINCIPAIS ALVOS

Cláudio Castro
GOVERNADOR
Segundo o MP, "teve envolvimento direto nas atividades ilícitas da CPTA e da UERJ (...) para a consecução dos objetivos eleitorais".

Thiago Pampolha
VICE GOVERNADOR
Como vice, não teria, o MP entende que ele não participou efetivamente do esquema e não pode ser responsabilizado, não a cassação.

Rodrigo Bacellar
PRESIDENTE DA ALERJ
"O esquema foi lançado por os saques realizados em Campo dos Trabalhadores RJ, núcleo eleitoral do investigado, foram estabelecidos", cita o MP.

Outros julgados com cargos eletivos

Aureo Ribeiro
DEPUTADO FEDERAL PELO GOLARANDEIA

Max Lemos
DEPUTADO FEDERAL PELO POT

Léo Vieira
DEPUTADO ESTADUAL PELO REPUBLICANOS

Bernardo Rassi
SECRETÁRIO ESTADUAL DO AMBIENTE

Gutemberg de Paula Fonseca
SUPLENTE DE DEPUTADO FEDERAL PELO PL

Marcos Venâncio da Silva Barbosa
SUPLENTE DE DEPUTADO FEDERAL PELO PODEROS

ACUSAÇÕES E PROVAS

Saques
A investigação mapeou saques em espécie em locais identificados como veículos estacionados nos saques, no total foram mais de R\$ 220 milhões.

Testemunhas
Nomeadas para os cargos confirmaram aos investigadores que atuaram com objetivos eleitorais.

TCE
Auditores do Tribunal de Contas corroboraram que as contratações não passaram por licitação e se tornaram eventos emergenciais, sem justificativa.

Aumento de gastos
O MP aponta que houve um gasto superavaliado com "saques", sem qualquer necessidade de situação emergencial que justificasse.

Nomeados com atuação partidária
Entre os nomeados na "folha secreta" foram identificados mais de mil vinculados a partidos e detentores de cargos.

OS SETE JUÍZES

Peterson Barros Simão
Relator
Desembargador e corregedor do TRE

Henrique Carlos de Andrade Figueira
Desembargador e presidente do TRE

Ricardo Perlingeiro Bandeira
Desembargador federal

Daniela Ferreira de Freitas
Juiz

Gerardo Carnevale Nery da Silva
Juiz

Fernando Marques de Campos Cabral Filho
Juiz
Juiz-Relator para a apreciação de T e a confirmação de presidente da República

Katia Valverde Junqueira
Juiz
Juiz-Relator para a apreciação de T e a confirmação de presidente da República

CENÁRIOS

O TRE pode cassar se o governador e o vice o MP defende a cassação da chapa, mas pede que Pampolha não seja atingido.

Se o TRE cassar, eles saem imediatamente?

Como será o julgamento?

1 Início
A sessão está marcada para começar às 14h.

2 Sustentações
Haverá sustentações orais dos autores da ação: o MP e Rodrigo Freixo. Os advogados têm 15 minutos para fazer a defesa.

3 Voto do relator
O primeiro voto é o do relator, Peterson Barros Simão. Os demais juízes vão avaliar se concordam com a tese apresentada.

4 Ordem dos votos
Depois do relator, os votos começarão pelos juízes entrarem há menos tempo na Corte.

los pedidos de perda de direitos políticos. Todos eles, segundo o MPE, praticaram "ilícitos" de abuso de poder político e econômico, "a fim de utilizar a máquina pública, a exclusividade disposição dos recursos públicos e logarem êxito na reeleição ao Governo do Estado, nas Eleições Gerais de 2022".

Especificamente contra Castro, a acusação imputa uma "decisiva atuação" no âmbito das irregularidades. "Era ele o agente político detentor do poder político que se irradiou em todos os

Análise de ações contra Moro será retomada na próxima terça

Expectativa é que julgamento seja concluído pelo TSE em uma única sessão

DANIEL GULLINO
daniel.gullino@globo.com.br

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) iniciou ontem a análise das ações que podem levar a cassação do senador Sérgio Moro (União-PR),

mas o julgamento foi suspenso após a leitura do relatório — uma espécie de resumo do processo — pelo ministro Flávio de Azevedo Marques. O caso será retomado na próxima semana.

A Corte analisa recursos do

PT e do PL, que acusam o senador de abuso de poder econômico na pré-campanha de 2022, quando foi lançado ao Palácio do Planalto pelo Podemos. No mês passado, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) decidiu,

por cinco votos a dois, que não havia elementos para que Moro perdesse o mandato. As siglas, contudo, acionaram o TSE.

Segundo o presidente do

tribunal, ministro Alexandre de Moraes, a expectativa é que a análise seja concluída já na próxima terça-feira. O julgamento será retomado com o parecer do Ministério Público Eleitoral (MPE) e as sustentações orais da acusação e da defesa. Em seguida, os ministros votam.

— Deixamos todas as sustentações orais para terça-fer-

ra. Será processo único na pauta, iniciaremos e terminaremos o julgamento (na) terça, porque terça nos temos a vantagem de não ter sessão no Supremo de madrugada. Então, terça-feira terminaremos o julgamento — disse Moraes.

MP NÃO VÊ CRIME

O vice-procurador-geral eleitoral Alexandre Espinoza já defendeu a absolvição de Moro. O órgão argumenta que não houve comprovação de excesso de gastos com a pré-campanha de Moro para presidente e que

atos, inclusive os subsequentes praticados pelos demais investigados, seja em virtude da política pessoal; seja por ordem direta sua ou de seu escalão; seja, ainda, por sua franca convicção e proveito eleitoral com situações escandalosas suportadas pela sociedade biminense", escrevem nas alegações finais os procuradores eleitorais Nêide Cardoso de Oliveira e Flávio Paiva.

Castro escalou uma banca de advogados de perfis distintos. O principal é Eduardo Damiani Duarte, experiente defensor de causas eleitorais no Rio. Outra é Luciana Pires, que ganhou notoriedade no caso das "rachadinhas" do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Ela tem boa relação com ministros de tribunais superiores indicados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. A partir do próximo mês, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça assumirá a cadeira na Corte eleitoral, onde já está o ministro indicado no governo Bolsonaro, Kassio Nunes Marques.

"PRESUNÇÕES"

Nas alegações finais junto ao TRE, a defesa do governador afirma que "restou demonstrada a absoluta falta de conexão eleitoral em relação aos fatos ventilados, inexistindo qualquer ato praticado pelo Chefe do Executivo elvado do desvio de finalidade, muito menos pode se falar em benefício eleitoral com base em presunções". Para justificar o aumento abrupto de gastos no Ceperj, cita uma demanda repressada da pandemia. Também destaca a diferença superlativa de votos de Castro para Marcelo Freixo (PT, ex-PSB) na eleição: mais de 2,6 milhões de vantagem.

O TRE é considerado por advogados um colegiado de difícil trânsito. Entre os sete julgadores de origens distintas e que permanecem por apenas dois anos no tribunal eleitoral. São três desembargadores, dois juízes e dois advogados.

No caso da folha secreta do governo, o relator é o desembargador Peterson Barros Simão. O voto dele será dado após as sustentações orais da acusação e da defesa. Pela acusação, falam dois representantes: o do MP Eleitoral e o da candidatura de Freixo. A expectativa é que o julgamento não termine neste primeiro dia. Depois do relator, os outros sete magistrados precisam dar seus votos. Existem também nos bastidores a percepção de que um deles tende a pedir vista — o que significa mais tempo para analisar o processo.

não há indicativo de simulação de lançamento de candidatura ao cargo. O entendimento contraria a posição do Ministério Público Eleitoral no TRE-PR, quando o parecer apresentado foi pela cassação.

PT e PL defendem que o investimento na pré-campanha do ex-juiz no âmbito nacional desequilibrava a corrida ao Senado no Paraná. O senador nega influência dos gastos na sua eleição para o Congresso e sua principal linha da defesa questiona os valores contabilizados pelos partidos.